

Indefinição no BRB prolonga crise e expõe ausência de transparência

Falta de detalhes sobre soluções técnicas complica análise sobre o banco

Por Isabel Dourado

Uma das marcas da crise do Banco Regional de Brasília (BRB) é a permanência da indefinição e a falta de clareza sobre a dimensão do prejuízo e sobre como, de fato, a situação do banco será resolvida.

Esse cenário de incerteza também afeta os servidores da instituição. Fontes do BRB ouvidas pela reportagem relatam um clima de insegurança e ausência de informações claras sobre a real situação da instituição e sobre o futuro de seus empregos desde a primeira fase da Operação Compliance Zero, deflagrada pela Polícia Federal em 18 de novembro de 2025. A operação investiga fraudes no sistema financeiro, focando na emissão de títulos e carteiras de crédito sem lastro real por instituições ligadas ao banco Master, de Daniel Vorcaro.

Uma fonte que conversou com a reportagem, sob condição de anonimato, classificou o ambiente interno entre os funcionários como “pesado” e totalmente estressante desde novembro do ano passado, quando a primeira fase da operação foi deflagrada. Segundo a fonte, o sentimento entre os servidores concursados é “pessimista”, especialmente diante da incerteza sobre o futuro do banco e do temor de perderem o emprego, o que coloca em risco a trajetória profissional dos servidores.

A insegurança também se espalha entre os correntistas do BRB que passaram a ir às agências para obter informações a respeito da solidez do banco e eventuais riscos para seus investimentos, diante dos prejuízos financeiros sofridos pela instituição após operações com o Master. O clima de instabilidade e incerteza alcança ainda a população do Distrito Federal, que não consegue compreender a dimensão do problema nem a real situação da crise institucional sem precedentes que o banco enfrenta.

Vai e vem

A incompreensão do tamanho do problema do BRB também se alimenta com o estabelecimento da lei distrital nº 7.845/2026 que autoriza a venda e alienação de nove imóveis públicos como garantia para o empréstimo de R\$ 6,6 bilhões destinados a reforçar o caixa do BRB que foi apresentada pelo GDF ainda sob comando do ex-governador Ibaneis Rocha (MDB). As



Governadora garantiu que correntistas do BRB podem ficar tranquilos

Tony Oliveira/Agência Brasília

negociações envolvem o Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Desde que foi aprovada na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), a lei tem gerado uma intensa batalha judicial, com diversas reviravoltas e pelo menos 5 definições liminares importantes entre o mês de março e abril. A situação tem sido marcada por um vai e vem jurídico, onde decisões da primeira instância barram o uso desses imóveis, seguidas de recursos derrubados em instâncias superiores, e vice-versa.

O episódio mais recente desse vai e vem na justiça ocorreu na última sexta-feira (1). Em parecer encaminhado ao Supremo Tribunal Federal (STF), o procurador-geral da República, Paulo Gonet, avaliou que a suspensão da lei, que já havia sido determinada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal no dia 23 de abril pelo desembargador Rômulo de Araújo Mendes, deve ser mantida. Segundo Gonet, a suspensão da medida protegeria o interesse público e, por isso, deve ser mantida.

A decisão vai contra o posicionamento do presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin, que suspendeu no dia 24 de abril a decisão do TJDF que proibia a venda de bens móveis e imóveis pelo GDF na tentativa de fortalecer o caixa do BRB. A medida será submetida ao referendo do plenário do STF, em sessão virtual que deve acontecer de 8 a 15 de maio.

Mais uma resolução

Após participar de uma reunião com o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, a governadora do Distrito Federal,



Situação assusta funcionários e correntistas

Joedson Alves/Agência Brasil

Celina Leão (PP), afirmou à imprensa estar confiante sobre uma possível solução para a crise financeira do BRB. Apesar do otimismo, a governadora mais uma vez não deu detalhes de qual solução técnica será apresentada e trabalhada para salvar o BRB que corre contra o tempo.

“Nós temos já o encaminhamento com a solução técnica. Com certeza o problema do BRB está sendo resolvido e a solução é técnica. A gente não pode passar muitas informações, porque é mercado financeiro, tenho falado sobre isso. Então detalhes a gente não pode dar. Mas a gente saiu muito satisfeito da reunião e com a garantia, para todos os nossos correntistas do BRB, de que ele está bem e que vai realmente sair desse problema da melhor forma possível”, disse a governadora. Também participaram da reunião o presidente do BRB, Nelson de Souza e o secretário de Economia do DF, Valdivino de Oliveira.

Na quarta-feira (29) o GDF formalizou um ofício ao Tesou-

ro Nacional para solicitar o pedido de garantia da União para o empréstimo de R\$ 6,6 bilhões por meio do Fundo Garantidor de Créditos (FGC) com objetivo de reforçar o capital do banco. “A gente notificou hoje (dia 29) o Tesouro sobre isso e eles não nos responderam. Mas os nossos secretários se adiantaram e solicitaram quais são os documentos, que já estão sendo preparados”, afirmou Celina.

O secretário do Tesouro Nacional, Daniel Cardoso Leal, sinalizou que o pedido de garantia da União deve ser rejeitado devido à baixa “capacidade de pagamento” do Distrito Federal. O DF foi rebaixado para a nota C na Capacidade de Pagamento (Capag) do Tesouro Nacional, que é uma análise da situação fiscal dos entes que querem contratar novos empréstimos com garantia da União.

Celina já tinha se reunido com Galípolo em São Paulo, no início de abril. Na primeira ida ao Banco Central a governadora também adotou o mesmo tom

otimista. Como desdobramento da mobilização, um investidor formalizou a proposta de adquirir até R\$15 bilhões em carteiras do Master compradas pelo BRB. O banco informou, em fato relevante, a assinatura de um memorando de entendimento com a gestora Quadra Capital para a criação de um fundo voltado à transferência desses ativos. A gestora fundada em 2016 é focada na compra de ativos de risco jurídico e de baixa liquidez. Apesar do comunicado, não ficou claro quais ativos seriam vendidos, já que as carteiras do banco Master não têm lastro.

Solução única

Diante de todo esse cenário de incerteza, em entrevista concedida ao Correio da Manhã, o professor do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (UnB), José Luís Oreiro, afirma que o único caminho e solução para que o BRB não vá a falência é o aporte de capital por parte dos acionistas.

“O problema do BRB é que ele comprou R\$ 12,2 bilhões em empréstimos consignados do Master e, simplesmente, eles não existem. Ou seja, comprou vento. Comprou um “pastel de vento”. Para deixar a analogia ainda mais clara: comprou um pastel de vento, mas sem a massa do pastel. Na verdade, o BRB perdeu R\$ 12 bilhões. Antes dessa compra, o banco tinha capital próprio de aproximadamente R\$ 4 bilhões. Se ele perdeu R\$ 12 bilhões e tinha R\$ 4 bilhões, então ficou com um passivo a descoberto de R\$ 8 bilhões”, explica ele.

Segundo Oreiro, isso significa que os acionistas do BRB, incluindo o Governo do Distrito Federal (GDF), acionista majoritário da instituição, terão de aportar recursos para evitar a falência do banco. “Será necessário um aporte de pelo menos R\$8 bilhões por parte dos sócios. É simples assim. Não há saída sustentável para o BRB, seja no médio ou no longo prazo, que não passe por um aporte de capital dos acionistas, o que inclui o GDF”, afirma.

O professor de economia da UnB reforça que o BRB enfrenta um problema grave de liquidez. “O problema do BRB é que o passivo do banco é maior que o ativo. Vender ativos não resolve esse problema. O que resolve é fazer um aporte de capital. Neste momento, o capital próprio do BRB é negativo”, reforça.